Banco Cargill

Banco Cargill S.A. | CNPJ nº 03.609.817/0001-50

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DESEMPENHO

O Banco Cargill encerrou o primeiro semestre de 2011 com lucro líquido de R$ 36 milhões, uma evolução de 91% ante ao lucro anterior de R$ 19 milhões em junho de 2010. Este avanço se deu, entre outros, em função da melhora do cenário econômico nacional, sempre focando em um relacionamento de longo prazo com nossos clientes que propicie as soluções buscadas pelos mesmos.

Nossas operações de Adiantamento sobre Contratos de Câmbio (ACC) apresentaram um incremento de R$ 77 milhões no semestre, totalizando R$ 288 milhões na carteira e nossas emissões de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) totalizaram R$ 300 milhões.

Nosso Patrimônio Líquido, em 30 de junho de 2011, representava R$ 232 milhões, ante R$ 181 milhões em junho de 2010 e o índice da Basiléia II de 27,59% está compatível com o grau de risco da estrutura de ativos.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Administração do Banco Cargill adota as melhores práticas de mercado, principalmente em termos de governança corporativa e transparência. O Banco está estruturado de forma a conduzir-se no caminho do crescimento sustentável, tendo como base o seu conjunto de controles internos, normas e procedimentos que asseguram o cumprimento das determinações legais e regulamentares, bem como as políticas internas da instituição.

RISCO DE CRÉDITO

O perfil de risco de crédito do Banco Cargill prioriza os clientes com relacionamento comercial recorrente junto ao Grupo Cargill. Seu efetivo gerenciamento é feito por todas as áreas (Crédito, Área Comercial e Pós-Venda), tendo-se como base a política de crédito e os procedimentos desenvolvidos para estabelecer e monitorar limites operacionais de riscos, através da identificação, mensuração, mitigação e monitoramento da exposição de risco de crédito.

A gestão dos riscos de crédito no Banco Cargill envolve: o conhecimento prévio e profundo do cliente, a coleta de documentação e de informações necessárias para a análise completa do risco envolvido na operação, a classificação do grau de risco, a concessão do crédito, as avaliações periódicas dos níveis de risco, a determinação das garantias e dos níveis de provisões necessárias. Também são levados em consideração, os aspectos macroeconômicos e as condições de mercado, a concentração setorial e geográfica, o perfil dos clientes, seu histórico de desempenho junto ao Grupo Cargill e as perspectivas econômicas.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Na definição de risco de mercado incluem-se os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços de ações e preços de mercadorias. No caso do Banco Cargill, apenas os riscos de variação cambial e taxas de juros são riscos inerentes às operações do Banco.

A política e os procedimentos adotados pelo Banco Cargill provêem um sistema de controles estruturado, em consonância com seu perfil operacional, periodicamente reavaliado, conforme determina a Resolução CMN nº 3.464/07, visando otimizar a relação risco-retorno com o uso de ferramentas adequadas e com o envolvimento da alta administração. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado é independente e subordinada ao Presidente do Banco Cargill, e está composta pela gerência de risco de mercado e pelo comitê de gerenciamento de risco de mercado.

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas, ou de eventos externos, e o Banco Cargill, como parte da filosofia do Grupo Cargill, tem rigorosos padrões de controles internos a fim de minimizar, cada vez mais, os riscos inerentes às suas atividades. Na busca contínua pela eficácia de seus controles internos, o Banco possui uma estrutura específica e independente com normas, metodologias e ferramentas que permitem a gestão e o controle dos riscos operacionais e da continuidade dos negócios.

Os procedimentos de gerenciamento do risco operacional incluem: o mapeamento das atividades, a identificação dos riscos importantes, a definição dos controles chave, testes periódicos para aferição da adequação dos controles chave, a definição de plano de ação corretivo para deficiências identificadas e o monitoramento da implementação de ações corretivas. O Banco optou pela "Abordagem do Indicador Básico" para cálculo da parcela do patrimônio de referência exigido referente ao risco operacional estabelecido pela Resolução CMN nº 3.490/07 e Circular BACEN nº 3.383/08.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

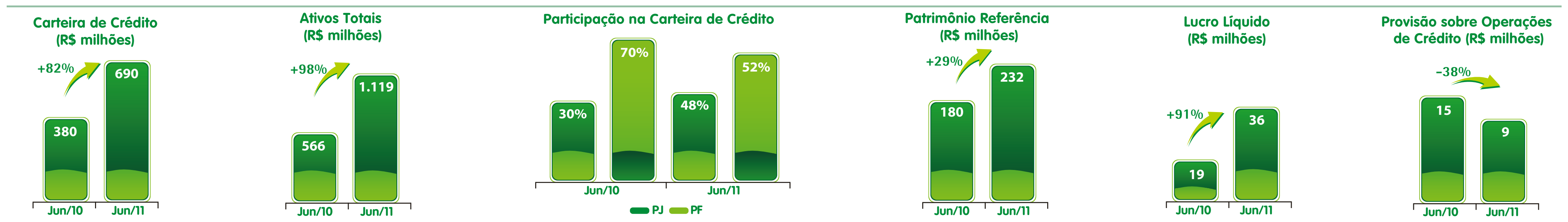
O Banco Cargill não se enquadra no escopo da Resolução CMN nº 3.786/09, que dispõe sobre a elaboração e divulgação de demonstrações contábeis consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. Entretanto, acompanharemos os normativos divulgados pelo Banco Central do Brasil que visam a redução de assimetrias entre os padrões contábeis brasileiro e internacional.

Gostaríamos de agradecer aos nossos clientes e acionistas pela confiança e credibilidade, assim como aos nossos colaboradores que tornaram possível tal desempenho.

São Paulo, 12 de agosto de 2011

A Administração

DESEMPENHO DO BANCO CARGILL S.A.



BALANÇO PATRIMONIAL - SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO
Em milhares de Reais - R$

ATIVO	Nota	2011	2010
CIRCULANTE		**1.015.192**	**537.416**
Disponibilidades	4	6.701	14.469
Aplicações interfinanceiras de liquidez		232.497	92.898
Aplicações no mercado aberto	4	232.497	92.898
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		180.612	78.459
Carteira própria	5a	94.684	28.844
Vinculados à prestação de garantias	5a	38.954	44.527
Instrumentos financeiros derivativos	5b	46.974	5.088
Relações interfinanceiras		911	436
Pagamentos e recebimentos a liquidar		1	2
Créditos vinculados - Banco Central		910	434
Operações de crédito	6	324.516	140.448
Operações de crédito - setor privado		330.043	142.431
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	6f	(5.527)	(1.983)
Outros créditos		269.910	210.706
Carteira de câmbio	7	272.624	221.570
Negociação e intermediação de valores		545	1.781
Diversos	8	107	177
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	6f	(3.366)	(12.822)
Outros valores e bens		45	–
Despesas antecipadas		45	–
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**103.369**	**28.738**
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		19.002	241
Carteira própria	5a	13.525	–
Instrumentos financeiros derivativos	5b	5.477	241
Relações interfinanceiras		225	353
Créditos vinculados - Banco Central		225	353
Operações de crédito	6	71.009	19.703
Operações de crédito - setor privado		71.382	19.802
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	6f	(373)	(99)
Outros créditos		13.133	8.441
Carteira de câmbio	7	6	17
Diversos	8	13.127	8.424
PERMANENTE		**174**	**138**
Investimentos		1	1
Outros investimentos		1	1
Imobilizado de uso	9	124	137
Outras imobilizações de uso		555	598
Depreciação acumulada		(431)	(461)
Intangível		49	–
Ativos intangíveis		49	–
TOTAL DO ATIVO		**1.118.735**	**566.292**

PASSIVO	Nota	2011	2010
CIRCULANTE		**790.668**	**368.616**
Depósitos	10	47.700	757
Depósitos à vista		43.586	757
Depósitos a prazo		4.114	–
Recursos de aceites e emissão de títulos	11	257.677	133.912
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		257.677	133.912
Relações interfinanceiras		–	1
Recebimentos e pagamentos a liquidar		–	1
Relações interdependências	19b	5.835	7.749
Recursos em trânsito de terceiros		5.835	7.749
Obrigações por empréstimo	12	426.827	211.192
Empréstimos no exterior		426.827	211.192
Instrumentos financeiros derivativos	5b	43.443	9.613
Instrumentos financeiros derivativos		43.443	9.613
Outras obrigações		9.186	5.392
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		–	2
Carteira de câmbio	7	–	2.701
Fiscais e previdenciárias	14a	6.779	2.020
Negociação e intermediação de valores		1.468	–
Diversas	14b	939	669
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		**95.570**	**17.565**
Recursos de aceites e emissão de títulos	11	42.538	–
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		42.538	–
Obrigações por empréstimo	12	30.916	6.495
Empréstimos no exterior		30.916	6.495
Instrumentos financeiros derivativos	5b	5.536	191
Instrumentos financeiros derivativos		5.536	191
Outras obrigações		16.580	10.879
Fiscais e previdenciárias	14a	14.557	8.744
Diversas	14b	2.023	2.135
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**232.497**	**180.111**
Capital social	16	198.843	198.843
De domiciliados no país		198.843	198.843
Ajustes de avaliação patrimonial		(80)	1.419
Lucros (Prejuízos) acumulados		33.734	(20.151)
TOTAL DO PASSIVO		**1.118.735**	**566.292**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO
Em milhares de Reais - R$

	Capital realizado	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	**198.843**	**3.520**	**(39.171)**	**163.192**
Ajuste de avaliação patrimonial (nota 5)	–	(2.101)	–	(2.101)
Lucro líquido do semestre	–	–	19.020	19.020
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010	**198.843**	**1.419**	**(20.151)**	**180.111**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	**198.843**	**14**	**(2.611)**	**196.246**
Ajuste de avaliação patrimonial (nota 5)	–	(94)	–	(94)
Lucro líquido do semestre	–	–	36.345	36.345
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011	**198.843**	**(80)**	**33.734**	**232.497**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO
Em milhares de Reais - R$, exceto o lucro por ação

	Nota	2011	2010
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**46.413**	**41.749**
Operações de crédito		34.753	19.196
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		13.822	10.422
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(2.267)	3.723
Resultado de operações de câmbio		–	8.277
Resultados das aplicações compulsórias		105	131
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**(15.541)**	**(13.405)**
Operações de captação no mercado		(15.833)	(6.586)
Operações de empréstimos e repasses		(8.023)	(7.953)
Resultado de operações de câmbio		(6.170)	–
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6f	14.485	1.134
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**30.872**	**28.344**
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		**14.286**	**(7.455)**
Receitas de prestação de serviços		80	49
Despesas de pessoal		(1.400)	(1.654)
Outras despesas administrativas	19c	(2.996)	(2.329)
Despesas tributárias		(1.735)	(1.233)
Outras receitas operacionais	19d	20.415	1.441
Outras despesas operacionais	19e	(78)	(3.729)
RESULTADO OPERACIONAL		**45.158**	**20.889**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		**278**	**–**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		**45.436**	**20.889**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	13	**(9.091)**	**(1.869)**
Provisão para Imposto de Renda		(5.793)	(1.240)
Provisão para Contribuição Social		(3.298)	(629)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		**36.345**	**19.020**
QUANTIDADE DE AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL		**198.842.535**	**198.842.535**
LUCRO POR AÇÃO NO FIM DO SEMESTRE - R$1,00		**0,18**	**0,10**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO
Em milhares de Reais - R$

	2011	2010
ATIVIDADES OPERACIONAIS	**1.239**	**38.339**
Lucro líquido ajustado	33.839	22.894
Lucro líquido do semestre antes do imposto de renda e contribuição social	45.436	20.889
(Reversão) para crédito de liquidação duvidosa	(14.485)	(1.134)
Provisão para contingências	2.900	3.408
Depreciação e amortização	18	27
Impostos diferidos	(30)	(296)
Variação de ativos e obrigações	(32.600)	15.445
Redução de aplicações interfinanceiras de liquidez	7.643	7.455
(Aumento) Redução de títulos e valores mobiliários	(40.016)	15.032
Redução de operações de crédito	63.883	140.053
(Aumento) de outros créditos	(72.599)	(122.461)
(Aumento) Redução de outros valores e bens	(45)	96
(Aumento) Redução de relações interfinanceiras e interdependências	4.897	(4.720)
Aumento (Redução) de instrumentos financeiros derivativos	9.014	(15.807)
(Redução) de outras obrigações	(3.793)	(3.291)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.584)	(912)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(113)**	**–**
Alienação de Imobilizado de uso	19	–
Aquisição de imobilizado de uso e intangível	(132)	–
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**97.342**	**(294.145)**
(Redução) de depósitos	(6.076)	(274.618)
(Redução) de operações compromissadas	–	(41.392)
(Redução) de recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	(171.335)	(93.918)
Aumento de obrigações por empréstimos e repasses	274.753	115.783
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**98.468**	**(255.806)**
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre	140.730	363.173
Caixa e equivalente de caixa no fim do semestre	239.198	107.367
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**98.468**	**(255.806)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO
Em milhares de Reais - R$

	2011	2010
Valor Adicionado Bruto	**48.666**	**23.881**
Resultado bruto da intermediação financeira	30.872	28.344
Receitas de prestação de serviços	80	49
Outras receitas (despesas) operacionais	17.714	(4.512)
Retenções	**(18)**	**(27)**
Depreciação, amortização e exaustão	(18)	(27)
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**48.648**	**23.854**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**48.648**	**23.854**
Remuneração do Trabalho	**1.400**	**1.654**
Proventos	976	1.130
Benefícios e treinamento	88	147
Encargos sociais	336	377
Remuneração do Governo	**10.826**	**3.102**
Despesas tributárias	1.735	1.233
Imposto de renda e contribuição social	9.091	1.869
Remuneração de Terceiros	**77**	**78**
Aluguel	77	78
Remuneração dos Acionistas	**36.345**	**19.020**
Lucros retidos	36.345	19.020

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
Em milhares de Reais - R$

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Cargill S.A. ("Banco"), instituição financeira sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, foi constituído em 17 de agosto de 1999 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 10 de fevereiro de 2000. O Banco está autorizado a operar nas carteiras comercial, de crédito e financiamento e de câmbio.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do Banco Cargill S.A., foram elaboradas com observância das disposições emanadas da Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações decorrentes da Lei nº 11.638/07 e pela Lei 11.941/09, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, através do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF.

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência. Os juros contratuais incidentes sobre as operações de aplicação e captação de recursos são apropriados aos resultados em base *pro rata* dia pelos métodos exponencial ou linear, dependendo das condições da contratação. As variações monetárias incidentes sobre as operações indexadas são registradas com base nos índices ou nas cotações a que se vinculam contratualmente.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, bem como aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e que possuem vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação.

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos *pro rata* dia até a data do balanço.

(d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão avaliados de acordo com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Circular BACEN nº 3.068/01, e são classificados na categoria de títulos disponíveis para venda, os quais não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

O valor de mercado dos títulos de renda fixa e títulos de renda variável são apurados de acordo com a cotação de preço de mercado na data do balanço, utilizando-se das cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados e pela Bolsa de Valores, Mercadorias & Futuros - BM&FBOVESPA, respectivamente. Se não houver cotação de preços de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços e modelos de cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

(e) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da administração, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco ou não.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

• *Hedge* de risco de mercado - os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período.

• *Hedge* de fluxo de caixa - os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidas em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial". A parcela não efetiva do *hedge* é reconhecida diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do semestre.

As posições desses instrumentos financeiros têm seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os valores de mercado a receber e a pagar são registrados em contas patrimoniais.

A avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é feita descontando-se os valores futuros a valor presente pelas curvas de taxas de juros construídas por metodologia própria, a qual se baseia principalmente em dados divulgados pela BM&FBOVESPA. Se não houver cotação de preços de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços e modelos de cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

(f) Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com seu nível de risco e seguindo critérios que levam em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, os quais requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis (de AA a H).

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, só são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações de Adiantamento sobre Contratos de Câmbio (ACC) com atraso superior a 30 dias são classificadas no nível G (70% de provisão), as operações classificadas no nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas anteriormente.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa é considerada adequada pela Administração para cobrir as perdas prováveis e atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução anteriormente referida.

(g) Outros ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

(h) Permanente

É demonstrado considerando os seguintes aspectos:

• Outros Investimentos - são demonstrados ao valor de custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

• A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas fiscais que contemplam a vida útil e econômica dos bens (nota 9).

(i) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável, que é reconhecida no resultado do semestre se o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

(j) Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda - 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R$20 mensais, e contribuição social - 15%.

(k) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas, passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 que tornou obrigatória a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 25 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC (nota 15).

• **Ativos contingentes -** Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados em notas explicativas.

• **Provisões -** São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com probabilidade provável de saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

• **Passivos contingentes -** Quando classificados com probabilidade de perda não provável pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas com probabilidade de perda remota não requerem provisão nem divulgação.

• **Obrigações legais -** São decorrentes de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

(l) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamento e registro de estimativas contábeis, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a avaliação das contingências e obrigações, apuração das respectivas provisões, avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos e avaliação dos títulos e dos instrumentos derivativos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Disponibilidades	2011	2010
Reservas livres	198	100
Disponibilidades em moedas estrangeiras	6.503	14.369
	6.701	14.469
Aplicações no mercado aberto - Posição bancada	**232.497**	**92.898**
Total de caixa e equivalentes de caixa	**239.198**	**107.367**

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

(a) Títulos e valores mobiliários, classificados como disponíveis para venda

Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, os títulos privados estão custodiados na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP S.A.") e na BM&FBOVESPA e as ações de companhias abertas estão custodiadas no Banco Bradesco S.A.

O Banco adota como estratégia de atuação adquirir títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. Dessa forma, a carteira de títulos e valores mobiliários, em 30 de junho de 2011, foi classificada na categoria "disponível para venda" e estava apresentada como segue:

2011 — Valor de mercado

Papel/vencimento	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Total	Valor de curva
Carteira própria							
Letras do Tesouro Nacional - LTN	–	29.986	26.507	–	–	56.493	56.543
Notas do Tesouro Nacional - NTN	–	–	–	3.421	–	3.421	3.427
Ações de companhias abertas	103	–	–	–	–	103	10
Cédulas de Produto Rural	–	–	4.635	30.032	13.525	48.192	48.192
	103	29.986	31.142	33.453	13.525	108.209	108.172
Vinculados à prestação de garantias							
Letras do Tesouro Nacional - LTN	–	–	–	914	–	914	916
Notas do Tesouro Nacional - NTN	–	–	–	38.040	–	38.040	38.117
	–	–	–	38.954	–	38.954	39.033
	103	**29.986**	**31.142**	**72.407**	**13.525**	**147.163**	**147.205**

2010 — Valor de mercado

Papel/vencimento	Sem vencimento	De 181 a 360 dias	Total	Valor de curva
Carteira própria				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	–	20.919	20.919	21.047
Ações de companhias abertas	3.005	–	3.005	20
Cédula de Produto Rural	–	4.920	4.920	4.920
	3.005	25.839	28.844	25.987
Vinculados à prestação de garantias				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	–	44.527	44.527	44.770
	3.005	70.366	73.371	70.757

Os ajustes a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda são registrados em conta destacada no patrimônio líquido e montam R$ 80 (R$ 1.419 em 2010), líquido dos efeitos tributários, em 30 de junho de 2011 (nota 15b). O Banco não efetuou o registro contábil dos créditos tributários decorrentes do ajuste negativo a valor de mercado dos Títulos Públicos, conforme delimita a Resolução CMN nº 3.059/02.

Em 30 de junho de 2011, as ações de companhias abertas são compostas por 10.000 ações da BM&FBOVESPA. No primeiro semestre de 2011 o resultado de operações com títulos e valores mobiliários foi de R$ 13.822 (R$ 10.422 em 2010), sendo R$ 8.384 rendas de títulos de renda fixa e R$ 5.438 rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez.

(b) Instrumentos financeiros derivativos

(i) Política de utilização

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, com o propósito de atender às suas necessidades de gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores e prazos de suas carteiras, assim como posições de arbitragem. A efetividade dos instrumentos de *hedge* é assegurada pelo equilíbrio das flutuações de preços dos contratos de instrumentos financeiros derivativos e dos valores de mercado dos itens objeto de *hedge*.

(ii) Objetivos

O Banco opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção contra risco de mercado e arbitragem, que decorrem principalmente das flutuações das taxas de juros e cambial. O gerenciamento das operações com esses instrumentos financeiros derivativos é efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de dólar, euro e de reais subdivididas nos diversos indexadores (pré, dólar, euro, cupom cambial e CDI).

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, necessariamente, os de alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da BM&FBOVESPA, os quais são avaliados pelo valor de mercado, por meio dos ajustes diários e contratos de balcão registrados em câmara de liquidação e custódia - CETIP S.A., também avaliados pelo valor de mercado.

(iii) Estratégias e parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado

Como principais fatores de riscos de mercado a que o Banco está exposto destacam-se os de natureza cambial, de oscilação de taxa de juros local e de cupom cambial. O Banco vem atuando de forma conservadora, de maneira que haja o menor descasamento de prazo e volume financeiro possível.

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado por meio de relatórios diários contendo posição de VaR, limites operacionais, posições em títulos públicos, exposição ao risco cambial, operações de crédito e posições de derivativos. Com base nessas informações, a mesa de operações financeiras providencia os instrumentos financeiros derivativos necessários, de acordo com a política previamente definida pela Administração.

(iv) Portfolio de derivativos

• Contratos operações a termo

Descrição	Valor financeiro do contrato	Valores a receber (2011)	Valor de mercado (Valores a pagar) (2011)	Valor de mercado Posição líquida (2011)	Valor de curva (2011)	2010 Valor de mercado Posição líquida
Tipo						
Compra - dólar	625.873	–	(48.926)	(48.926)	(79.046)	(7.718)
Venda - dólar	576.619	52.395	–	52.395	83.085	3.239
Compra - euro	3.443	–	(53)	(53)	(81)	27
Venda - euro	3.443	56	–	56	84	(23)
	1.209.378	52.451	(48.979)	3.472	4.042	(4.475)
Local de negociação						
Balcão	1.209.378	52.451	(48.979)	3.472	4.042	(4.475)
Vencimento						
Até 90 dias	182.265	7.832	(5.311)	2.521	2.945	(5.023)
De 91 a 180 dias	259.901	15.780	(15.320)	460	500	120
De 181 a 360 dias	596.371	23.362	(22.812)	550	679	378
Acima de 360 dias	170.841	5.477	(5.536)	(59)	(82)	50
	1.209.378	52.451	(48.979)	3.472	4.042	(4.475)

Em 30 de junho de 2011 o resultado com contratos operações a termo foi uma despesa de R$ 1.258 (receita de R$ 596 em 2010).

• Contratos futuros

2011 — Valor de referência

Tipo	Contraparte	Local de negociação	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Mercado interfinanceiro:							
Compra DI1	BM&FBOVESPA	Bolsa	186.119	–	–	–	186.119
Venda DI1	BM&FBOVESPA	Bolsa	118.446	67.896	361.336	114.340	662.018
Moeda estrangeira:							
Compra DOL	BM&FBOVESPA	Bolsa	185.379	–	–	–	185.379
Venda DOL	BM&FBOVESPA	Bolsa	53.468	–	–	–	53.468
			543.412	67.896	361.336	114.340	1.086.984

2010 — Valor de referência

Tipo	Contraparte	Local de negociação	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Mercado interfinanceiro:							
Venda DI1	BM&FBOVESPA	Bolsa	48.481	15.573	154.557	31.086	249.697
Moeda estrangeira:							
Venda DOL	BM&FBOVESPA	Bolsa	277.036	933	–	–	277.969
			325.517	16.506	154.557	31.086	527.666

Em 30 de junho de 2011 o resultado com contratos futuros foi uma despesa de R$ 1.009 (receita de R$ 3.127 em 2010).

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

(a) Por tipo de operação

Descrição	2011 Valor	2011 %	2010 Valor	2010 %
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	288.381	41,81	217.744	57,30
Financiamentos à exportação	393.812	57,09	152.778	40,21
Empréstimos	7.344	1,06	9.152	2,41
Conta garantida	269	0,04	303	0,08
	689.806	100,00	379.977	100,00
Operações de crédito - Circulante	330.043	47,85	142.431	37,48
Operações de crédito - Longo prazo	71.382	10,35	19.802	5,21
Carteira de câmbio - Circulante	288.375	41,80	217.727	57,30
Carteira de câmbio - Longo prazo	6	0,00	17	0,01

(b) Por vencimento

Descrição	2011 Valor	2011 %	2010 Valor	2010 %
Vencidas a partir de 15 dias	9.944	1,44	6.733	1,77
A vencer até 3 meses	49.058	7,11	58.617	15,42
A vencer de 3 a 12 meses	559.416	81,10	294.808	77,59
A vencer de 1 a 3 anos	71.203	10,32	19.819	5,22
A vencer de 3 a 5 anos	185	0,03	–	–
	689.806	100,00	379.977	100,00

(c) Por nível de concentração

Maiores devedores	2011 Valor	2011 %	2010 Valor	2010 %
Maior devedor	48.847	7,08	41.795	11,00
2º ao 10º	271.721	39,39	151.587	39,89
11º ao 20º	139.792	20,27	75.445	19,86
21º ao 50º	189.586	27,48	99.142	26,09
Demais clientes	39.860	5,78	12.008	3,16
	689.806	100,00	379.977	100,00

(d) Por setor de atividade

Descrição	2011 Valor	2011 %	2010 Valor	2010 %
Pessoas físicas	329.976	47,84	113.978	30,00
Indústria	236.434	34,27	195.024	51,32
Comércio	68.435	9,92	32.929	8,67
Outros serviços	54.961	7,97	38.046	10,01
	689.806	100,00	379.977	100,00

(e) Operações ativas vinculadas

O Banco opera com operações ativas vinculadas, nos termos da Resolução CMN nº 2.921/02. Estas operações geram ao Banco um ganho de até 0,25% entre as taxas de captação e as taxas das operações ativas vinculadas, em cada operação. Em 30 de junho de 2011 a carteira de operações vinculadas era composta dos seguintes valores:

Descrição	Ativos vinculados	Recursos vinculados
Operações de Crédito - Adiantamento sobre contratos de câmbio	131.119	–
Empréstimos no exterior - Exportação	–	126.031
	131.119	126.031

Em junho de 2010 não havia operações ativas vinculadas.

(f) Por nível de risco e provisionamento

2011

Nível	Parcelas a vencer	Parcelas vencidas	Total	%	Valor da provisão
AA	185.778	–	185.778	26,93	–
A	340.475	36	340.511	49,36	1.703
B	31.901	5.028	36.929	5,36	369
C	119.406	916	120.322	17,44	3.610
F	1.945	3.418	5.363	0,78	2.681
H	357	546	903	0,13	903
	679.862	9.944	689.806	100,00	9.266

2010

Nível	Parcelas a vencer	Parcelas vencidas	Total	%	Valor da provisão
AA	107.710	–	107.710	28,34	–
A	161.295	–	161.295	42,45	807
B	54.371	–	54.371	14,31	544
C	26.954	5.984	32.938	8,67	988
E	1.101	–	1.101	0,29	330
F	18.914	–	18.914	4,98	9.457
G	2.899	–	2.899	0,76	2.029
H	–	749	749	0,20	749
	373.244	6.733	379.977	100,00	14.904

(g) Movimentação da provisão para operações de crédito

Descrição	2011	2010
Saldo inicial	23.751	16.038
Constituição	13.606	3.711
Reversão	(28.091)	(4.845)
Saldo Final	9.266	14.904
Operações de crédito - Circulante	5.527	1.983
Operações de crédito - Longo prazo	373	99
Carteira de câmbio - Circulante	3.366	12.822

No semestre findo em 30 de junho de 2011 foram recuperados R$ 233 de créditos baixados para prejuízo (no semestre findo em 30 de junho de 2010 não houve recuperação de créditos baixados para prejuízo). Em 30 de junho de 2011, foram renegociados créditos no montante de R$ 4.564 (R$ 19.367 em 2010).

7. CARTEIRA DE CÂMBIO

2011

Descrição	Outros créditos	Outras obrigações
Câmbio comprado a liquidar	268.261	–
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	4.369	–
Obrigações por compra de câmbio	–	(284.012)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	–	284.012
	272.630	–
Circulante	272.624	–
Longo prazo	6	–

2010

Descrição	Outros créditos	Outras obrigações
Câmbio comprado a liquidar	213.731	–
Direitos sobre venda de câmbio	2.701	–
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	5.155	–
Câmbio vendido a liquidar	–	2.701
Obrigações por compra de câmbio	–	(212.589)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	–	212.589
	221.587	2.701
Circulante	221.570	2.701
Longo prazo	17	–

8. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

Descrição	2011	2010
Devedores por depósitos em garantia (nota 15a)	13.105	8.375
Adiantamentos e antecipações salariais	65	57
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	42	53
Impostos e contribuições a compensar	22	52
Devedores diversos no país	–	62
Valores a receber de sociedades ligadas	–	2
	13.234	8.601
Circulante	107	177
Longo prazo	13.127	8.424

9. IMOBILIZADO

Descrição	Taxa anual de depreciação - %	Custo (2011)	Depreciação acumulada (2011)	Valor líquido (2011)	Valor líquido (2010)
Móveis e equipamentos de uso	10	49	31	18	21
Sistema de comunicação	10	18	15	3	5
Sistema de processamento de dados	20	406	382	24	39
Sistema de transporte	20	82	3	79	72
		555	431	124	137

10. DEPÓSITOS

Segmento de mercado	Depósitos à vista (2011)	Depósitos a prazo até 90 dias (2011)	Total (2011)	Depósitos à vista (2010)
Sociedades ligadas	43.421	–	43.421	28
Indústria, comércio e serviços	161	4.114	4.275	704
Pessoas físicas	4	–	4	25
	43.586	4.114	47.700	757

11. RECURSOS DE LETRAS IMOBILIÁRIAS, HIPOTECÁRIAS, DE CRÉDITOS E SIMILARES

2011

Título emitido	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Letras de Créditos do Agronegócio	129.036	83.742	44.899	42.538	300.215

2010

Título emitido	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Total
Letras de Créditos do Agronegócio	38.333	20.678	74.901	133.912

Letras de Crédito do Agronegócio referem-se à captação com taxa de juros pós-fixado de 50% a 101,5% da variação do DI (50% a 95% em 2010).

12. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

2011

Obrigações em moeda estrangeira	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Empréstimos no exterior - Exportação	44.598	132.344	62.429	30.916	270.287
Empréstimos no exterior - Clean	187.456	–	–	–	187.456
	232.054	132.344	62.429	30.916	457.743

2010

Obrigações em moeda estrangeira	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Empréstimos no exterior - Exportação	43.982	74.209	93.001	6.495	217.687

Obrigações por empréstimos no exterior referem-se à captação de linha Pre export e Clean, com taxas de juros ao ano de 0,81055% até 6,80% (0,9705% até 2,65938% em 2010).

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social no semestre foram calculados considerando as seguintes adições e exclusões:

(a) Corrente

Descrição	IRPJ 2011	CSLL 2011	IRPJ 2010	CSLL 2010
1 - Resultado antes da tributação sobre o lucro	45.636	45.636	20.889	20.889
Adições e exclusões:				
Reversão de impostos de exercícios anteriores	–	–	(361)	(361)
Ajuste a mercado (TVM e instrumentos financeiros derivativos)	495	495	(909)	(909)
Receitas não tributáveis líquidas de despesas indedutíveis	(12.832)	(14.827)	(13.371)	(14.689)
2 - Total das adições e exclusões:	(12.337)	(14.332)	(14.641)	(15.959)
3 - Compensação de prejuízo fiscal (30%)	(9.990)	(9.391)	(1.874)	(1.479)
Base de cálculo (1+2+3)	23.309	21.913	4.374	3.451
Alíquotas	15%+10%	9%+6%	15%+10%	9%+6%
Total após aplicação das alíquotas	5.815	3.287	1.081	518
Programa de alimentação do trabalhador	41	–	26	–
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente	5.774	3.287	1.055	518
Total imposto de renda e contribuição social a pagar (nota 14a)	4.551	1.605	343	110
Provisão para riscos fiscais - Contribuição social	–	1.315	–	208
Antecipações de imposto de renda e contribuição social	(1.223)	(367)	(712)	(200)

Em 30 de junho de 2011, o Banco possuía créditos tributários não registrados sobre prejuízo fiscal e base negativa no montante de R$ 1.204 (R$ 7.615 em 2010), sendo que R$ 39 (R$ 4.144 em 2010) de Imposto de Renda e R$ 1.165 (R$ 3.471 em 2010) de Contribuição Social, os quais serão registrados quando apresentarem efetivas perspectivas de realização, de acordo com os estudos da Administração.

(b) Diferido

Descrição	IRPJ 2011	CSLL 2011	IRPJ 2010	CSLL 2010
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	(32)	(32)	(2.902)	(2.902)
Ajuste a mercado de instrumentos financeiros derivativos	75	75	(2.541)	(2.541)
Base de cálculo	43	43	(5.443)	(5.443)
Alíquotas	25%	15%	25%	15%
Total após aplicação das alíquotas	11	6	(1.361)	(817)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido	19	11	(635)	(382)
Patrimônio líquido - ajuste de avaliação patrimonial	(8)	(5)	(726)	(435)

Movimentação do diferido	IRPJ 2011	CSLL 2011	IRPJ 2010	CSLL 2010
Saldo da provisão no início do semestre	317	190	2.292	1.376
Constituição	334	201	421	252
Reversão	(323)	(195)	(1.782)	(1.069)
Saldo da provisão no fim do semestre (nota 14a)	328	196	931	559

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

(a) Fiscais e previdenciárias

Descrição	2011	2010
Provisão para riscos fiscais (nota 15a)	14.445	8.744
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar (nota13a)	6.156	453
Provisão para impostos e contribuições diferidos (nota13b)	524	1.490
Impostos e contribuições sobre salários	195	66
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	5	6
Outros	11	5
	21.336	10.764
Circulante	6.779	2.020
Longo prazo	14.557	8.744

(b) Diversas

Descrição	2011	2010
Provisões (nota 15a)	2.023	2.135
Despesas com pessoal	284	341
Pagamentos a efetuar a credores	250	–
Valores a pagar por prestação de serviços (nota 17)	247	199
Publicações	66	61
Outros pagamentos	92	68
	2.962	2.804
Circulante	939	669
Longo prazo	2.023	2.135

15. OBRIGAÇÕES LEGAIS E CONTINGÊNCIAS

(a) Provisões constituídas e respectivas movimentações no primeiro semestre 2011 e de 2010

O Banco lida com questões de naturezas fiscal e trabalhista. A avaliação para constituição de provisões é efetuada conforme critérios descritos na nota 3k.

Descrição	2011	2010
Saldo da provisão no início do semestre	13.569	7.119
Constituição	3.043	4.247
Reversão	(144)	(487)
Saldo da provisão no fim do semestre	16.468	10.879

O Banco questiona a base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS, solicitando que seu recolhimento se dê nos moldes da Lei nº 9.715/98 e Lei Complementar nº 70/91 e não nos moldes da Lei nº 9.718/98, desde a data base julho de 2005. Os valores relativos à diferença entre as bases de cálculo estão sendo depositados judicialmente, bem como provisionados. No segundo semestre de 2011 as provisões totalizaram R$ 9.692 (R$ 6.248 em 2010).

O Banco questiona também a incidência da contribuição ao FGTS e ao INSS sobre determinadas remunerações. Os valores questionados estão sendo depositados judicialmente, bem como provisionados. Ainda em relação à contribuição ao FGTS, o Banco questiona o aumento da alíquota instituído pela Lei Complementar nº 110/01. No segundo semestre de 2011 as provisões totalizaram R$ 1.070 (R$ 965 em 2010).

Em outubro de 2009 o Banco passou a questionar o aumento da alíquota da CSLL de 9% para 15% ocorrida em maio de 2008. Os valores questionados estão sendo depositados judicialmente, bem como provisionados. Os valores depositados mensalmente são calculados com base no lucro estimado e o valor provisionado com base no lucro real. No primeiro semestre de 2011 as provisões totalizaram R$ 3.683 (R$ 1.531 em 2010).

Os valores de provisão de natureza fiscal e respectivos depósitos judiciais são demonstrados como segue:

Descrição	Depósitos judiciais 2011	Depósitos judiciais 2010	Valores provisionados 2011	Valores provisionados 2010
CSLL	2.614	1.458	3.683	1.531
PIS	1.312	835	1.350	870
COFINS	8.103	5.161	8.342	5.378
FGTS	260	227	260	236
INSS	810	694	810	729
	13.099	8.375	14.445	8.744

(b) Contingências não prováveis

Os passivos contingentes classificados como perdas não prováveis são monitorados pelo Banco e estão baseados nos pareceres dos assessores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, as contingências classificadas como perdas possíveis não estão reconhecidas contabilmente, sendo compostas principalmente pelas seguintes questões:

• PIS/COFINS Lei 9.718/98: auto de infração lavrado para cobrança da contribuição ao PIS e à COFINS, incidente nos moldes da Lei nº 9.718/98, relativamente ao período compreendido entre maio de 2000 a dezembro de 2003, no valor total de R$ 10.257 (R$ 9.870 em 2010).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social, subscrito, está representado por 198.842.535 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R$1,00 cada uma.

(b) Remuneração dos acionistas

Aos acionistas está assegurado um dividendo semestral mínimo correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício ajustado pelas devidas deduções previstas no artigo 189 da Lei nº 6.404/76, relativas aos prejuízos acumulados e a provisão para imposto sobre a renda.

17. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

O Banco mantém operações com as seguintes partes relacionadas:

• Valores a receber/rendas de serviços prestados: Cargill Agrícola S.A. e Mosaic Fertilizantes do Brasil S.A.

• Depósitos à vista: Cargill Agrícola S.A., Babicora Holding Participações Ltda., Cargill Holding Participações Ltda., Cargill Hockey Participações Ltda., Cargill Archimedes Participações Ltda., Cargill Comercializadora de Energia Ltda. e Fundação Cargill

• Depósitos a prazo: Cargill Agrícola S.A.

• Letras de Crédito do Agronegócio - LCA : Cargill Agrícola S.A.

• Obrigações por empréstimos: Cargill Global Funding PLC e Cargill Financial Services International Inc.

• Valores a pagar/serviços técnicos especializados: Cargill Agrícola S.A. e Mosaic Fertilizantes do Brasil S.A.

• Operações a termo: Cargill Agrícola S.A., Seara Alimentos S.A. e TEG - Terminal Exportador do Guarujá Ltda.

As operações foram realizadas em condições usuais de mercado e os valores apurados para os semestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010 foram:

Descrição	Ativo (Passivo) 2011	Ativo (Passivo) 2010	Receitas (Despesas) 2011	Receitas (Despesas) 2010
Valores a receber/rendas de serviços prestados	–	2	74	45
Receitas não operacionais	–	–	265	–
Depósitos à vista	(43.421)	(28)	–	–
Depósitos a prazo	–	–	–	(1.774)
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	–	–	(98)	(97)
Obrigações por empréstimos	(457.743)	(217.687)	(2.957)	(7.876)
Valores a pagar/serviços técnicos especializados	(247)	(199)	(1.202)	(623)
Operações a termo	–	(5.321)	–	86

Não são partes relacionadas com o Banco desde 04 de janeiro de 2010 a empresa Seara Alimentos S.A. e desde 25 de maio de 2011 a empresa Mosaic Fertilizantes do Brasil S.A.

Os montantes referentes à remuneração dos membros chaves da Administração do Banco Cargill no semestre constituem o valor de R$ 472 (R$ 331 em 2010) que incluem proventos e gratificações de curto e de longo prazo.

18. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco mantém para seus funcionários um plano de previdência privada complementar administrado pela CargillPrev Sociedade de Previdência Complementar, com o objetivo de complementar os benefícios oferecidos pela Previdência Social (INSS). Trata-se de um plano de contribuição variável, possuindo uma parcela de benefício definido extensivo a todos os funcionários e uma parcela opcional de contribuição definida, onde os funcionários podem realizar contribuições que variam de 0,10% a 10,0% do salário bruto, com uma contrapartida de 100%, o volume financeiro vertido para o plano durante o primeiro semestre de 2011 foi de R$ 37 (R$ 32 em 2010).

O Banco também oferece um plano de previdência privada com finalidade específica administrado da mesma forma pela Cargillprev Sociedade de Previdência Complementar. Trata-se de um plano de contribuição definida e têm como objetivo o pagamento de benefícios assistenciais no momento da aposentadoria.

19. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Índice da Basiléia II

Patrimônio de Referência (PR)	232.497
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	(92.712)
Valor total da parcela Rban	(1.802)
Valor da margem	137.983
Índice da Basiléia = PR ÷ (PRE ÷ F)	27,59%
Índice da Basiléia Amplo (inclui Rban) = PR ÷ [(PRE + Rban) ÷ F]	27,06%
Fator "F" - Circular BACEN nº 3.360/07	0,11

(b) Recursos em trânsito de terceiros

O valor registrado, R$ 5.835, refere-se na sua totalidade por ordens de pagamento em moedas estrangeiras (R$ 7.749 em 2010).

(c) Outras despesas administrativas

Descrição	2011	2010
Serviços técnicos especializados	1.447	807
Processamento de dados	587	546
Sistema financeiro nacional	549	576
Emolumentos judiciais e cartorários	91	72
Aluguel	77	78
Publicações	76	89
Contribuição entidades de classe	28	32
Depreciações	18	27
Viagens no país	17	21
Contribuição sindical patronal	17	17
Outros	89	64
	2.996	2.329

(d) Outras receitas operacionais

Descrição	2011	2010
Variação cambial positiva proveniente de operações passivas	20.223	45
Reversão de provisões operacionais	144	1.313
Outros	48	83
	20.415	1.441

(e) Outras despesas operacionais

Descrição	2011	2010
Despesas de processos judiciais - cobrança operações de crédito	54	–
Descontos concedidos em operações de créditos	11	577
Provisões (nota 15a)	2	2.135
Complemento provisão de imposto de renda do exercício anterior	–	951
Outros	11	66
	78	3.729

A DIRETORIA

Maurilio Rodrigues Cordeiro - Contador - CRC 1SP219148/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco Cargill S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do **Banco Cargill S.A.** (ou "Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Banco Cargill S.A.** em 30 de junho de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o semestre findo em 30 de junho de 2011, que está sendo apresentada para propiciar informações suplementares sobre o **Banco Cargill S.A.**, cuja apresentação não é requerida pelo Banco Central do Brasil como parte integrante das demonstrações financeiras. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de agosto de 2011

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Silbert Christo Sasdelli Júnior
Contador CRC 1SP230685/O-0